

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS DA REGIÃO
2 HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ,
3 realizada no dia dois de junho de dois mil e vinte e cinco às 13h32 com quórum de
4 primeira chamada, em regime presencial, presencialmente, no Auditório do Caminho
5 Niemeyer - End. Av. Jornalista Rogério Coelho Neto, s/nº (Antiga Vila Olímpica),
6 Niterói – RJ. O Sr. Thiago Leal, da Secretaria de Meio Ambiente de Niterói (SMARHS),
7 abriu o evento, destacando sua importância e os avanços ambientais da cidade, como
8 investimentos em conservação, recuperação de nascentes e o projeto “Ligado na
9 Rede”, que reduziu o esgoto. Reafirmou o compromisso de Niterói com o tema e se
10 colocou à disposição do comitê, convidando os presentes a seguir com a pauta da
11 reunião. A presidente, Sra. Rejany Ferreira dos Santos (REDECCAP), iniciou a
12 reunião fazendo a leitura da pauta: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação das Ata**
13 **da 1º Reunião Ordinária 17/03, Continuação da 1º Reunião Ordinária no dia**
14 **07/04, da 1º Reunião Extraordinária do dia 07/04 e da 2º Reunião Extraordinária**
15 **do dia 28/04; 3) Resolução de Criação do Grupo de Trabalho (GT) Tolueno e**
16 **outras Emergências Ambientais; 4) Aprovação da Resolução de revisão da**
17 **PAAD 2025; 5) Proposta de revisão do PAP 2026-2027; 6) Aprovação da**
18 **Resolução Plano de Aplicação Plurianual – PAP; 7) Resolução Geral de**
19 **reformulação das Câmaras Técnicas; 8) Apresentação da Nota Técnica corrigida**
20 **visando a correção dos resultados apresentados no Projeto de Contratação de**
21 **serviços para a elaboração de Estudo Técnico para criação e implementação**
22 **básica de Unidade de Conservação e Proteção Integral no Trecho Oeste da Baía**
23 **de Guanabara; 9) Apresentação do andamento do GT Tolueno pelo subcomitê**
24 **Leste; 10) Apresentação aprofundada sobre o Clean Up Day; 11) Informes**
25 **Gerais.** A Sra. Rejany informou que haveria alterações na pauta previamente
26 divulgada. Explicou que a ordem de alguns itens seria modificada e que dois novos
27 pontos seriam incluídos para discussão. As alterações foram detalhadas da seguinte
28 forma: o **item 4) Aprovação da Resolução de revisão da PAAD 2025** foi antecipado
29 para a posição de item 3; o **item 3) Resolução de Criação do Grupo de Trabalho**
30 **(GT) Tolueno e outras Emergências Ambientais** foi transferido para a posição do
31 item 8; o **item 8) Apresentação da Nota Técnica corrigida, que trata da revisão**
32 **dos resultados do Projeto de Contratação de Serviços para Elaboração de**
33 **Estudo Técnico voltado à criação e implementação básica de Unidade de**
34 **Conservação e Proteção Integral no Trecho Oeste da Baía de Guanabara**, foi
35 movido para a posição de item 9. Além dessas alterações, foram incluídos os
36 seguintes itens na pauta: **11) Apresentação do posicionamento de Jacarepaguá**
37 **em resposta ao Ofício nº 280/2024-2PJTMACAP; 12) Participação de membros**
38 **no Congresso Luso-Brasileiro de Educação Ambiental.** Após a leitura das
39 alterações e inclusões, a Sra. Rejany submeteu a nova versão da pauta à aprovação
40 dos presentes. Como não houve manifestações contrárias, as mudanças foram



41 aprovadas por consenso. Aprovação das atas; Atas aprovadas; Aprovação da pauta
42 e as alterações na pauta, como segue abaixo: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação**
43 **das Ata da 1º Reunião Ordinária 17/03, Continuação da 1º Reunião Ordinária no**
44 **dia 07/04, da 1º Reunião Extraordinária do dia 07/04 e da 2º Reunião**
45 **Extraordinária do dia 28/04; 3) Aprovação da Resolução de revisão da PAAD**
46 **2025; 4) Proposta de revisão do PAP 2026-2027; 5) Aprovação da Resolução**
47 **Plano de Aplicação Plurianual – PAP 6) Resolução Geral de reformulação das**
48 **Câmaras Técnicas; 7) Apresentação do andamento do GT Tolueno pelo**
49 **subcomitê Leste; 8) Resolução de Criação do Grupo de Trabalho (GT) Tolueno**
50 **e outras Emergências Ambientais; 9) Apresentação da Nota Técnica corrigida**
51 **visando a correção dos resultados apresentados no Projeto de Contratação de**
52 **serviços para a elaboração de Estudo Técnico para criação e implementação**
53 **básica de Unidade de Conservação e Proteção Integral no Trecho Oeste da Baía**
54 **de Guanabara; 10) Apresentação aprofundada sobre o Clean Up Day; 11)**
55 **Apresentação do posicionamento de Jacarepaguá em resposta ao Ofício nº**
56 **280/2024-2PJTMACAP; 12) Ida de membros ao congresso Luso Brasileiro de**
57 **educação Ambiental; 13) Informes Gerais.** A Sra. Rejany perguntou se houve
58 alguma contribuição em relação às atas. Sra. Carolina Leite Martins (AGEVAP)
59 respondeu que o Sr. Halphy Cunha Rodrigues (Águas de Niterói S.A.) fez observações
60 sobre alguns trechos da sua fala e que as alterações necessárias já haviam sido feitas.
61 Em seguida, ela colocou as atas em votação e, como não houve objeções, elas foram
62 aprovadas. Em seguida, Sra. Rejany fez a leitura do item **3) Aprovação da Resolução**
63 **de revisão da PAAD 2025.** Na sequência, foi apresentada a revisão do PAAD (Plano
64 de Aplicação Anual de Desembolsos). A representante explicou que a atualização foi
65 feita com base nos valores já desembolsados até o momento e nas previsões para o
66 segundo semestre. Reforçou que o PAAD segue uma estrutura padrão e é ajustado
67 conforme os temas debatidos nas reuniões, incluindo referências às deliberações da
68 plenária. Foi lembrado que, na última reunião, o conselheiro Sr. Marcos Filgueiras
69 Jorge (AGEVAP) já havia apresentado as planilhas com os valores executados e as
70 projeções de desembolso. Na ocasião, questionou-se por que a CTIL não aproveitou
71 o momento para aprovar a resolução correspondente, já que os dados estavam
72 atualizados, o que facilitaria a aprovação. Destacou-se que adiar essa aprovação
73 pode causar dúvidas posteriores, especialmente entre os membros ausentes,
74 dificultando a compreensão e validação do documento. A principal novidade na nova
75 proposta de resolução foi a inclusão de um “considerando” que faz referência à
76 reunião anterior, onde o PAAD foi discutido e apresentado por Sr. Marcos. Durante a
77 reunião, foi feita uma apresentação sobre a gestão da AGEVAP, o planejamento das
78 ações e a previsão regimental referente à elaboração do Contrato de Gestão. O
79 expositor explicou que, conforme a normativa vigente, três documentos são essenciais
80 para formalizar essa gestão: o Plano de Trabalho, os repasses financeiros e o PAAD



(Programa Anual de Atividades e Desembolsos). Destacou-se que a minuta da nova resolução contempla dispositivos sobre o plano de atividades, a previsão de repasses e a execução financeira. Foi incluído um trecho que faz referência à reunião extraordinária de 28 de agosto de 2025, quando a revisão do PAAD foi aprovada. O Artigo 1º trata dessa aprovação para o período 2025–2026, e o Artigo 2º autoriza a AGEVAP a executar as ações conforme o Plano de Recursos. Sr. Marco pontuou que o texto ainda precisa de ajustes de redação, mas que seu conteúdo está alinhado às diretrizes vigentes. O Artigo 3º autoriza o uso dos recursos previstos para todas as etapas da execução, desde a elaboração dos termos de referência até o acompanhamento das ações, sendo necessária revisão formal para qualquer atividade fora da lista aprovada. Já o Artigo 4º permite uma variação de até 20% no valor estimado de cada atividade, desde que justificada e formalizada. Foi ressaltado que essa proposta representa uma atualização da resolução anterior, incorporando as alterações discutidas e aprovadas na plenária de abril. Os anexos com planilhas e valores atualizados também foram disponibilizados. Por fim, reforçou-se que o objetivo era aprovar o texto da resolução, visto que a planilha de desembolsos já havia sido validada. O expositor abriu espaço para questionamentos e destacou que a proposta possui respaldo legal e está em conformidade com os parâmetros estabelecidos. Sr. José Paulo Azevedo (UFRJ) levantou uma questão relevante sobre o processo de participação. Ele argumentou que há uma limitação significativa, já que a participação efetiva só ocorre após a aprovação no CERHI-RJ, momento em que o plano já se encontra em estágio avançado. Segundo ele, essa dinâmica compromete o verdadeiro sentido da participação, pois, quando o plano chega ao CERHI-RJ, grande parte já está definida, tornando desnecessário até o uso de marcações ou destaques. Na prática, as decisões e a aplicação de recursos ocorrem antes da aprovação formal. Sr. José Paulo finalizou lembrando que a reunião estava sendo gravada. O Sr. Marco esclareceu que o plano discutido ainda não foi aprovado formalmente, mas há um plano anterior em vigor. Destacou que a nova versão só terá validade após aprovação, conforme previsto na resolução, mas defendeu que o comitê não pode ficar paralisado aguardando homologação pelo CERHI-RJ, já que a revisão levou anos para ser concluída. Ele mencionou que, mesmo sem homologação, ações têm sido executadas com base no plano anterior, o que levanta dúvidas sobre a vigência legal. Apontou limitações financeiras e operacionais, ressaltando que a AGEVAP, embora técnica, nem sempre considera as realidades locais. Defendeu maior autonomia dos comitês na aplicação dos recursos e propôs a realização de oficinas com os subcomitês para revisar o plano de bacias, garantindo alinhamento com as necessidades locais. Lembrou que reuniões anteriores com esse objetivo já haviam ocorrido no final do ano anterior. Rejany submeteu a resolução para aprovação, e os membros a aprovaram.

1. **Encaminhamento (01):** realizar oficinas ou uma reunião extraordinária para



discutir os pontos do PAAD ou da RE. O representante destacou que a revisão do plano foi realizada ao longo de dois anos, com ampla participação da AGEVAP, do comitê e do grupo de acompanhamento. Considerou inadequado e desrespeitoso comparar esse trabalho complexo com outras iniciativas de forma superficial, chamando tal atitude de "grosseria". Orientou que sugestões fossem enviadas por e-mail para avaliação. Um participante confirmou que a proposta em questão já havia sido aprovada e que não havia pendências imediatas, mas novos pontos poderiam ser enviados posteriormente. Antes do encerramento, um membro solicitou a palavra para iniciar sua apresentação. **4) Proposta de revisão do PAP 2026-2027.** Sr. Marcos pediu que os comentários fossem deixados para o final, a fim de garantir o andamento da pauta. Abordou a necessidade de oficinas e de um diálogo estruturado sobre a distribuição de recursos, destacando a importância de alinhar o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) com o plano de bacias já aprovado. Informou que o documento apresentado era uma proposta preliminar ("pro-forma"), que será consolidada até o fim do ano com contribuições das câmaras técnicas e subcomitês. Explicou que o PAP 2026-2027 precisa ser enviado ao CERHI-RJ até 30 de junho e que o planejamento considera um cenário conservador de arrecadação e execução. Foram priorizadas ações viáveis, com base em critérios técnicos e financeiros. Reduziu-se de 104 para 36 ações, agrupando iniciativas menores. O valor total comprometido chega a R\$ 114 milhões, com previsão de arrecadação de R\$ 163 milhões até 2027. Citou ações como a contratação de gerenciadora para projetos de drenagem em municípios da Baixada e a renovação de programas como o SIGA e o MOP. Marcos reforçou a necessidade de aprovar a resolução durante a reunião, para cumprir prazos legais e evitar atrasos operacionais, defendendo maior envolvimento das instâncias participativas na elaboração de propostas executáveis e coerentes com os instrumentos de gestão. Sr. José Paulo alertou que o comitê está próximo do limite operacional na área de ação e que é urgente reavaliar os centros de alimentação resgatados. Ele criticou a lógica atual de atendimento e pulverização de recursos, que privilegia demandas pontuais de grupos específicos em vez de atender necessidades coletivas e estruturais, comprometendo a efetividade das ações do comitê. Sr. Marcos ressaltou a importância de planejar ações de forma estruturada, visando sua posterior deliberação e a adequada proposição de alocação de recursos. Enfatizou que esse planejamento deve respeitar os projetos já em andamento, considerando os desdobramentos subsequentes e assegurando a viabilidade técnica e operacional das propostas apresentadas. Sr. Luiz Constantino da Silva Junior (SEAS) destacou que, na sua avaliação, a manutenção do MOP (Manual Operativo) torna-se desnecessária para um comitê já maduro, que possui seu PAP (Plano de Aplicação Plurianual) e PAAD (Programação Anual de Atividades e Despesas) devidamente consolidados. Segundo ele, a existência desses instrumentos já garante a organização e a condução das ações do comitê, reduzindo a necessidade de um documento adicional como o MOP. Sra. Rejany colocou para votação e os membros decidiram pela aprovação da revisão. Sr. Marcos agradeceu a todos e afirmou que, com a aprovação da proposta, os próximos passos poderiam ser encaminhados. **5) Aprovação da Resolução Plano**



163 **de Aplicação Plurianual – PAP.** Em seguida, apresentou a minuta da resolução que
164 atualiza o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), destacando que a principal mudança
165 são os dados atualizados, especialmente no anexo. Ele explicou que a resolução
166 segue o padrão habitual do comitê, refletindo a previsão de arrecadação para 2024-
167 2029 e as ações previstas na legislação estadual, incluindo mudanças na destinação
168 dos recursos. A resolução nº 146/1994 será revogada para dar lugar à nova norma,
169 que aprova o PAP para 2026-2027, considerando o saldo atual e a arrecadação
170 prevista. Marcos explicou que o PAP pode ser atualizado pela plenária para uso de
171 saldos remanescentes ou remanejamentos dentro do programa, conforme previsto. A
172 resolução será encaminhada ao CERHI-RJ e ao Conselho Estadual do Ambiente para
173 homologação e entra em vigor na data dessa homologação. Após abrir espaço para
174 dúvidas e comentários, Sra. Rejany colocou a proposta em votação, que foi aprovada
175 pelos presentes e será publicada conforme o procedimento padrão. **6) Resolução**
176 **Geral de reformulação das Câmaras Técnicas.** Sr. Halphy Cunha Rodrigues (Águas
177 de Niterói S.A.) explicou que, ao assumir a CTIL após o incêndio do ano passado,
178 revisou antigas resoluções das câmaras técnicas, datadas de 2008 e 2009, que
179 estavam desatualizadas, com contradições e inadequadas para as demandas atuais.
180 Destacou que, por exemplo, o subcomitê Maricá, pequeno, enfrentava limitações na
181 representação nas câmaras técnicas devido ao número restrito de membros. Por isso,
182 foi necessário atualizar essas normas. Ele mencionou que já existia uma resolução
183 mais recente (2018/2019) regulamentando as câmaras técnicas e grupos de trabalho,
184 e que a nova atualização busca aprimorar o funcionamento dessas instâncias. A
185 elaboração da nova resolução enfrentou divergências na CTIL, exigindo um texto que
186 contemplasse todos os interesses. A resolução atual regula as câmaras técnicas
187 permanentes e provisórias, alinhando-se às mudanças no Regimento Interno de 2022,
188 especialmente aos artigos que definem estrutura, criação e atribuições dessas
189 câmaras. Sr. Halphy ressaltou que as resoluções originais não podem ser excluídas
190 para preservar o histórico, citando como exemplo as primeiras câmaras criadas em
191 2008/2009 pela resolução nº 001. Sr. Halphy explicou que a participação dos
192 subcomitês nas câmaras técnicas não é obrigatória, mas cada subcomitê pode indicar
193 até três membros. Não há quórum rígido nem exclusão por ausência; cabe ao
194 coordenador alertar o subcomitê se seus indicados não participam, mas não pode
195 excluí-los. Cada grupo tem duas vagas (total de seis integrantes), preferencialmente
196 ocupadas por pessoas com conhecimento prático da área, como pescadores na
197 Câmara Técnico-Costeira. O Regimento Interno permite indicações extras de
198 membros com conhecimento específico para ampliar a representatividade. A
199 resolução atualiza as regras para incentivar a participação, flexibilizando a
200 possibilidade de uma entidade participar de mais de duas câmaras, desde que
201 indicada pelo subcomitê. Sobre a coordenação, se não houver eleição de coordenador
202 em reunião, a coordenação será rotativa entre os membros indicados, garantindo
203 continuidade e evitando sobrecarga em uma só entidade. Essa prática já está sendo
204 aplicada na sede com coordenação temporária. Rejany colocou pra votação e a
205 resolução foi aprovada, com as devidas correções mencionadas. **Encaminhamento**



206 **(02):** corrigir os “considerando” finais, especialmente a data de aprovação dos artigos
207 36 e 37, que ocorreu em 2022 e não em 2020. Isso faz parte da resolução de
208 reformulação das Câmaras Técnicas. **7) Apresentação do andamento do GT**
209 **Tolueno pelo subcomitê Leste.** Sr. Thiago explicou que, após um incidente com odor
210 forte e chuvas intensas na Semana J, foi criada uma força-tarefa emergencial que
211 evoluiu para o Grupo de Trabalho (GT) Tolueno, vinculado ao Subcomitê Leste, para
212 monitorar a qualidade da água e melhorar a comunicação entre órgãos e população.
213 O GT contou com parcerias como PUC-Rio, Prefeitura, INEA e outras, realizando
214 coletas, vistorias e solicitando informações técnicas, apesar das dificuldades em obter
215 dados completos. Destacou a organização de eventos técnicos, curso de prevenção,
216 e a elaboração de um plano emergencial para o abastecimento, com protocolos para
217 interrupção e retomada da captação e um plano de comunicação eficiente. Mencionou
218 o projeto do INEA para agilizar respostas a contaminações. Foram criados canais
219 oficiais para divulgação (Comitê, CEDAE e INEA), mas ainda há desafios em acesso
220 público. O monitoramento da água melhorou, com mais pontos e análises, além de
221 investimentos de R\$ 50 milhões da CEDAE em tecnologias avançadas, como sondas,
222 drones e sensores. Sr. Tiago ressaltou a integração entre órgãos, o uso de imagens
223 de satélite e a importância do licenciamento ambiental condicionado a monitoramento
224 prévio. Também destacou a dificuldade em liberar dados para pesquisa independente
225 e a necessidade de preparo para emergências maiores. Por fim, falou da criação de
226 um aplicativo para facilitar o trabalho de campo e o acompanhamento em tempo real,
227 e da preocupação social, envolvendo agricultores e pescadores, visando fortalecer a
228 segurança hídrica e minimizar impactos ambientais e sociais. **Encaminhar (03):**
229 enviar o relatório do Grupo de Trabalho (GT) Tolueno aos seus membros.
230 **Encaminhar (04):** encaminhar as demandas apresentadas na reunião do GT Tolueno
231 para a diretoria do CBH-BG, a fim de solucionar os principais gargalos. O Sr. Halphy
232 ressaltou que o Grupo de Trabalho (GT) precisa ter uma coordenação clara para evitar
233 ações duplicadas e garantir eficiência. Destacou que o Ministério Público deve atuar
234 apenas como fiscalizador externo, sem participar como membro, para preservar sua
235 imparcialidade. Apresentou a proposta de criar formalmente o Grupo de Trabalho de
236 Emergências Ambientais, com representantes dos subcomitês, órgãos como IBAMA,
237 INEA, SEDAE, concessionárias e outras instituições, para prevenir, acompanhar e
238 responder a emergências ambientais, integrando esforços já existentes. Foi
239 enfatizada a importância de definir claramente o mandato e a coordenação do GT,
240 com liderança do Subcomitê Leste, mas com participação aberta de outros
241 subcomitês. Por fim, colocou em votação duas opções: manter o GT do Tolueno
242 vinculado ao Subcomitê Leste com participação aberta, ou incorporar esse GT numa
243 resolução ampliada, centralizando as ações no comitê principal. Sr. Elielson Teixeira
244 da Silva (Prefeitura de Tanguá) enfatizou que a contaminação por tolueno ainda é uma
245 emergência ativa e requer atenção imediata, não devendo ser tratada como um
246 problema passado. Ele destacou a relevância da nomenclatura do grupo de trabalho,
247 argumentando que o termo “GT do Tolueno” é limitado e restritivo, enquanto “GT de
248 Emergências Ambientais” amplia o escopo, permitindo atuação em diversos tipos de



249 emergências ambientais. Defendeu que o grupo não deve se restringir a uma
250 substância ou situação específica, para evitar limitações na resposta às demandas.
251 Propôs que o subcomitê mantenha sua autonomia para tratar casos específicos,
252 enquanto o comitê geral crie um GT amplo para emergências ambientais, capaz de
253 atuar em situações atuais e futuras, garantindo maior eficiência e abrangência na
254 gestão das emergências ambientais. Sr. Tiago destacou que a ideia de dividir as
255 participações não era o objetivo real e que a retirada do nome do programa visa
256 reforçar a resiliência da comunidade. Defendeu a criação de um Grupo de Trabalho
257 específico para emergências ambientais, com apoio ao subcomitê local, ressaltando
258 a importância da proximidade geográfica para agir com eficiência, citando
259 Guapeguirim como exemplo. Enfatizou que investigações devem ficar a cargo do
260 Ministério Público e Polícia Civil, e que o comitê não deve substituí-los para evitar
261 conflitos. Defendeu diálogo aberto e paciência para obter soluções, alertando que a
262 intervenção prematura do MP pode atrasar ações urgentes, como o problema da
263 mortalidade de peixes. Reafirmou o papel do comitê em emergências para discutir
264 aspectos técnicos e apoiar subcomitês, valorizando sempre o diálogo até a resolução
265 final, sem problemas na sua liderança ou organização. Sr. Tiago explicou que entende
266 que o diálogo e a investigação muitas vezes atuam em polos opostos, com dinâmicas
267 diferentes. Ele exemplificou que o Ministério Público conduz diversos termos de
268 ajustamento de conduta justamente para investigar as situações em questão. Sr.
269 Tiago relatou que, ao chegar a certas conclusões, houve um momento em que o
270 Ministério Público foi entrevistado para alinhar qual seria a abordagem operacional
271 adequada para formalizar um acordo ou compromisso, descrevendo essa fase como
272 um “sentimento de ressurreição”. Ele admitiu não ter certeza se compreendeu todos
273 os detalhes, mas destacou que achou o processo bastante interessante pela forma
274 como se desenvolveu. Sr. Halphy explicou que o Termo de Ajustamento de Conduta
275 (TACO) é um instrumento utilizado quando uma parte reconhece a contaminação e o
276 Ministério Público estabelece a necessidade de reparação ambiental, resultando na
277 assinatura do acordo entre as partes envolvidas. No entanto, ele destacou que, no
278 caso atual, há uma dificuldade significativa: a identificação do responsável pela
279 contaminação do solo ainda não foi possível. Por isso, não há um acusado formal para
280 assinar o TACO, o que inviabiliza a aplicação desse mecanismo nesse momento. Sr.
281 Tiago destacou que o diálogo e a investigação são diferentes, mas ambos
282 importantes. Ele alertou que separar demais esses aspectos pode atrapalhar o
283 processo. Reconheceu que o diálogo precisa de ajustes, sem justificar ninguém ou
284 interferir na justiça. Por fim, afirmou que entende o papel da polícia e que as
285 informações do comitê podem ajudar nas investigações. Sr. Halphy destacou que,
286 para liberar as salas, era urgente decidir um tema pendente há semanas. Ele ressaltou
287 a importância da apresentação do Leandro e defendeu a votação para evitar
288 discussões estagnadas. Para ele, o voto deve definir se o grupo tratará emergências
289 de forma genérica, como “emergências ambientais”, ou incluirá casos específicos,
290 como o tolueno, dentro desse tema, enfatizando que o nome deve refletir claramente
291 o foco do grupo. Sr. Rejany Devido a um impasse em relação ao nome do Grupo de



Trabalho (GT) e ao avançar do horário da reunião, Sr. Rejany decidiu agendar uma reunião extraordinária para continuar a discussão sobre o tema. **Encaminhamento 05**: levar o item sobre a escolha do nome do Grupo para discussão em uma reunião extraordinária. Sr. Leandro Travassos dos Santos (Ecocidade) explicou que há cerca de cinco anos começou um trabalho para ampliar a proteção ambiental ao redor da Reserva Biológica do Tinguá, pois a área oficial não contemplava toda a vegetação nativa da região. Com recursos do comitê, ele desenvolveu uma proposta para proteger áreas adjacentes, envolvendo a comunidade local e valorizando a APA existente. Após retornar ao projeto, percebeu um erro nos dados oficiais sobre o tamanho da Rebio, que é maior do que consta nos registros. Por isso, apresentou uma nota técnica solicitando a aprovação para corrigir oficialmente os limites das unidades de conservação, como a Rebio, o Refúgio do Morro de Areia e o Caxias. O estudo foi feito com análise geográfica e já conta com apoio do ICMBio e da Prefeitura de Caxias, que planejam criar um Parque Natural Municipal na região, reforçando a importância da atualização para a proteção ambiental. Rejany colocou o assunto para deliberação e a nota foi aprovada pelos membros, mas com ressalva sobre a correção necessária, segundo o apontamento explicado na apresentação. **Encaminhamento (06)**: fazer as devidas correções, sobre o projeto de contratação de serviços para elaboração de um estudo técnico visando à criação e à implementação básica de uma unidade de conservação de proteção integral no trecho oeste da Baía de Guanabara. **Encaminhamento (07)**: enviar a nota técnica para Azevedo Consultoria Ambiental e Energética. **Encaminhamento (08)**: protocolar o resultado, os produtos do projeto na secretaria de meio ambiente de Duque de Caxias, INEA e ICMBio. Ao final da reunião, Sra. Rejany anunciou o encerramento devido ao horário avançado. Sr. Mauro Pereira discordou, ressaltando que ainda havia pauta sobre a participação no 8º Congresso Internacional de Educação Ambiental, previamente aprovada. Sra. Rejany explicou que o encerramento foi por questão de tempo e garantiu que o tema será retomado em próxima reunião extraordinária. A reunião foi encerrada às 18h15, com compromisso de continuidade dos assuntos pendente numa próxima Reunião Extraordinária e declarou encerrada a reunião plenária ordinária do CBH-BG.

Encaminhamentos:

1. Realizar oficinas ou uma reunião extraordinária para discutir os pontos do PAAD ou da RE.
2. Corrigir os “considerando” finais, especialmente a data de aprovação dos artigos 36 e 37, que ocorreu em 2022 e não em 2020. Isso faz parte da resolução de reformulação das Câmaras Técnicas.
3. Enviar o relatório do Grupo de Trabalho (GT) Tolueno aos seus membros.



4. Encaminhar as demandas apresentadas na reunião do GT Tolueno para a diretoria do CBH-BG, a fim de solucionar os principais gargalos.
5. Levar o item sobre a escolha do nome do Grupo para discussão em uma reunião extraordinária.
6. Fazer as devidas correções, sobre o projeto de contratação de serviços para elaboração de um estudo técnico visando à criação e à implementação básica de uma unidade de conservação de proteção integral no trecho oeste da Baía de Guanabara.
7. Enviar a nota técnica para Azevedo Consultoria Ambiental e Energética.
8. Protocolar o resultado, os produtos do projeto na secretaria de meio ambiente de Duque de Caxias, INEA e ICMBio.

Representantes Presentes - Titulares do Poder Público: Prefeitura de Mesquita – Humberto Garcia; Prefeitura B. Roxo / Subsec. Saneamento – Gustavo Silva Ferreira; Prefeitura Municipal Guapimirim – Wander de Souza Dias Guerra; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu – SEMA – Patrícia Nascimento Pinto Santana e João Alberto Antunes Ribeiro; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica - Aliciane de Souza Peixoto; Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região - Valéria Lima Marques de Sousa; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS - Luiz Constantino da Silva Junior; Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN - Ricardo Lúcio Picanço Portugal; Prefeitura de São Gonçalo – SEMMA - Mariana Motta de Freitas; Prefeitura de Tanguá - Elielson Teixeira da Silva. **Titulares dos Usuários de Recursos Hídricos:** Associação de Pescadores da Praia das Pedrinhas - APESCAPEDR – Bruno Alves de Veiga; Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé - ACAMM – Rafael Santos Pereira; Associação dos Pescadores Praia das Pedrinhas – Bruno Alves de Veiga ; Águas de Niterói S.A. - Halphy Cunha Rodrigues; Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ Paulo Raimundo Ferreira de Souza; Águas do Rio 1 – Lívia Garcia Silveira; Associação de Windsurf de Niterói – AWN – Gustavo Sardenberg; Iate Clube do Rio de Janeiro – Maria Carolina Leitão Marinho; **Titulares da Sociedade Civil:** Assoc. Windsurf Niterói – Carlos Jamel; Ecocidade - Leandro Travassos dos Santos; Defensores do Planeta - Mauro André Dos Santos Pereira; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ - Jorge Antônio da Silva; Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói - CCRON - Alexandre Carlos Braga; Associação de Pescadores do



374 Arquipélago de Parque Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento
375 Socialmente Justo Democrático e Sustentável – REDECCAP - Rejany Ferreira dos
376 Santos; Instituto Brasileiro de Direito Ambiental - IBDA - Magno Neves Barbosa.
377 **Representantes ausentes:** Rotary Club do Rio de Janeiro – Sandra Albuquerque;
378 Ecomarapendi - Vera Maria de Rossi Chevalier; Câmara Comunitária da Barra da
379 Tijuca - CCBT - Eduardo Figueira; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso
380 Suckow da Fonseca – CEFET - André Leone Riguetti; Associação de Amigos do
381 Museu Histórico da Cidade - AMHC - Adriana de Lima Bocaiuva; Instituto Federal
382 Fluminense - IFF - Campus Itaboraí - Luis Antônio França Silva e Rondinele Moutta;
383 Instituto de Inclusão Cultural e Tecnológica - Tecnoarte - Francisco Pontes de Miranda
384 Ferreira e Maria Emilia Medeiros Nascimento; Associação dos Protetores do Mar -
385 Andresse Maria Gnoatto e Carolina Coelho da Costa Waite; Federação das
386 Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM Rio - Licínio
387 Machado e João Ricardo de Mattos Serafim; Trama Ecológica - Jacqueline Guerreiro
388 Aguiar e Helan Nogueira da Silva; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de
389 Janeiro - SENGE-RJ – Milton Nazareno Ramos Neves; Instituto Interamericano de
390 Fomento à Educação, Cultura e Ciência – IFEC – Martha Christina Lopes Pinho dos
391 Anjos; AMADARCY – Hannah Marchon Della e Felipe Silva Lima Queiroz; Associação
392 de Windsurf de Niterói – AWN – Carlos Eduardo Goes Jamel; Marina Barra Club -
393 Liliane Lusten Prohmann e Silma Cardoso de Santa Maria; Colônia de Pescadores
394 Z11 - Alvaro Coelho Revelo e Santelmo Rezende de Carvalho; Associação de
395 Pescadores Livres de Tubiacanga - APELT - Delcio de Almeida Fonseca; União dos
396 Pescadores e Maricultores de São Gonçalo - UNIPESCA/SG – Eliude Castro da Silva
397 e Aline da Silva Santos; Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro -
398 SINDPESCA-RJ Daize Menezes de Souza; Associação Homens do Mar da Baía de
399 Guanabara - AHOMAR - Alexandre Anderson de Souza e Edinele Nascimento de
400 Oliveira; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE - Sheila Barbosa Martins;
401 Águas do Rio 1 – Caroline Lopes Santos; Secretaria de Estado de Desenvolvimento
402 Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do Rio de Janeiro – SEIDECS - André Luiz
403 Medeiros de Souza; Prefeitura de Petrópolis – Albano Batista Filho e Juliana Barreto
404 Nascimento; Prefeitura de Nova Iguaçu - Frederico Ayres Pinheiro e Edgar José Silva
405 Martins; Prefeitura Duque de Caxias – José Ribeiro Filho e João Ariel Blanco Ferreira;
406 Fundação Rio Águas - Patrícia Ney de Montezuma e Daniel Bicalho Hoeffle ; Prefeitura
407 de São Gonçalo – SEMMA – Isabela de Sales Moraes; Prefeitura de Belford Roxo -
408 Defesa Civil - Roberto Ricardo da Silva Moura e Gustavo Silva Ferreira; Instituto
409 Estadual do Meio Ambiente – INEA - Marcio Franco da Costa ; Conselho Regional de
410 Biologia – CRBio 2ª Região – Daniel de Berrêdo Viana; Associação de Preservação
411 Ambiental da Lagoa de Maricá- APALMA – Mara Cristina e Flávia Lanari Coelho;
412 Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN – Vinicius Moço Lima;
413 Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS – Humberto Yoshiharu



Salto; Instituto e Ação Socioambiental – Lorena de Abreu Asevedo e Dennis Rodrigues da Silva; Colônia de Pesca Duque de Caxias – Gilciney Lopes Gomes; Colônia de Pescadores Z13 - José Manoel Pereira Rebouças e Helio Flamarion Saramago; Associação Livre dos Pescadores Artesanais de Guia de Pacobaíba - ALPAGP - Michel Theophilo e Romildo Soares de Oliveira; Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC - Uiara Martins; Instituto de Desenvolvimento Socioambiental e Humano – OngBR - Jayme de Oliveira Filho e Luiz Roberto de Oliveira; Movimento Democrático Afrodescendente pela Igualdade e Equidade Racial – MOVIDADE – Jacineide Lemos Soares; Faculdades Católicas – Renato da Silva Carreira e Ana Cristina Malheiros; Prefeitura de Rio Bonito – Murilo Balbino Valgueiro e Paulo da Silva Penna; Prefeitura de Niterói – Thiago dos Santos Leal; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio NGI Guanabara - Mauricio Barbosa Muniz e Breno Herrera da Silva Coelho; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica - Priscilla Magalhães Rodrigues Lisboa; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER - Patricia de Almeida Giannini; Prefeitura de Magé – SMMA - Caíque Marchon da Costa Rocha e Maria Aparecida de Souza de Resende; Prefeitura Municipal de Itaboraí - Maiara José Araújo dos Santos e Raoni Oliveira de Souza Cardoso; Águas do Rio 4 - Aline Félix Ferreira e Sinval de Andrade Filho; Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA - Fabio José Ribeiro do Nascimento; Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária – PROFEC - José Carlos Dionizio; Associação de Moradores e Amigos da Freguesia - AMAF - Débora Aranha e Tobias Marcondes de Carvalho Gomes. **Convidados:** SEMA - ; Subjacarepaguá CRBio 2º Região – Mauro Vilar; SMARHS – Dayane Andrade e José R. M. Junior; UFRJ José Paulo Azevedo; SMAHRS – Niterói Titiago Dos Santos Legal; IAB leste – Louise Landblom; PM Niterói – Luiz W. HeckMaler; Sociedade Civil – Ricardo Rogers P. **Secretaria Executiva (Agevap):** Gabriel Macedo; Brenno Gomes Oliveira, Carolina Martins, Marcos Filgueiras Jorge, Elias Inacia Rangel, Henristoni de Souza Pinheiro, Christian Daniel Kozuf.

Rejany Ferreira dos Santos
Diretora Presidente do CBH-BG

